

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
(em recuperação judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
(em recuperação judicial)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Comercializadora de Energia S.A.
(em recuperação judicial)
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, às demonstrações, a Controladora Renova Energia S.A. – em recuperação judicial e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. – em recuperação judicial e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus Assessores Jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

- i) Conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A;
- ii) Conclusão da alienação da UPI Enerbras;
- iii) Quitação de empréstimo junto ao BTG;
- iv) Pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento;
- v) Conversão de créditos em ações.

A controladora e suas controladas vêm atendendo ao previsto nos planos, sendo os eventuais recursos e questionamentos defendidos com êxito pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de agosto de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Antomar de Oliveira Rios

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1 BA 017715/O-5 – S – SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.189	14.574	Fornecedores	6	33.013	7.536
Aplicações financeiras	3	4.282	4.028	Tributos a recolher	7	3.692	4.566
Contas a receber de clientes	4	15.129	5.773	Partes relacionadas	8	3.996	2.413
Tributos a recuperar	5	260	6.222	Provisão para contrato oneroso	9	-	23.465
Total do ativo circulante		<u>36.860</u>	<u>30.597</u>	Total do passivo circulante		<u>40.701</u>	<u>37.980</u>
				NÃO CIRCULANTE			
				Fornecedores	6	522	545
				Tributos a recolher	7	2.113	2.840
				Partes relacionadas	8	148.810	171.709
				Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	10	51.682	50.849
				Total do passivo não circulante		<u>203.127</u>	<u>225.943</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	11		
				Capital social		528.345	528.345
				Prejuízos acumulados		(735.313)	(761.671)
				Total do patrimônio líquido negativo		<u>(206.968)</u>	<u>(233.326)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>36.860</u>	<u>30.597</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u>36.860</u>	<u>30.597</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	12	93.050	49.583
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Custo com compra de energia		(90.603)	(71.943)
Custo de operação		(28)	(24)
Total	13	(90.631)	(71.967)
RESULTADO BRUTO		2.419	(22.384)
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(2.263)	(53.262)
Outras despesas		29.123	15.690
Total	13	26.860	(37.572)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		29.279	(59.956)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		8.131	685
Despesas financeiras		(5.457)	(543)
Total	14	2.674	142
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		31.953	(59.814)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(5.595)	(3.752)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		26.358	(63.566)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (expressos em reais R\$)		0,05	(0,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	26.358	(63.566)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>26.358</u>	<u>(63.566)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		528.345	(698.105)	(169.760)
Prejuízo do exercício		-	(63.566)	(63.566)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>528.345</u>	<u>(761.671)</u>	<u>(233.326)</u>
Lucro líquido do exercício		-	26.358	26.358
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11	<u><u>528.345</u></u>	<u><u>(735.313)</u></u>	<u><u>(206.968)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		26.358	(63.566)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais			
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	8	2.750	87
Provisão (reversão) para contrato oneroso	9	(23.465)	5.130
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	10	833	50.849
Juros sobre aplicações financeiras		(8.054)	(386)
Juros sobre fornecedores e tributos a recolher		262	204
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(9.356)	(1.703)
Tributos a recuperar		5.962	(459)
Outros créditos		-	467
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		25.443	(943)
Tributos a recolher		(1.893)	3.166
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		41	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>18.881</u>	<u>(7.154)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		7.800	20.590
Partes relacionadas	9	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		<u>7.800</u>	<u>20.590</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		(24.066)	(12.605)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(24.066)</u>	<u>(12.605)</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>2.615</u></u>	<u><u>831</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	14.574	13.743
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	17.189	14.574
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>2.615</u></u>	<u><u>831</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Comercializadora” ou “Companhia”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, foi constituída em 8 de novembro de 2012, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

A Companhia é controlada pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

1.1 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe II conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2021	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Classe III - credores quirografários	553	11	(15)	549

Classes	Saldo em 31/12/2020	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Classe III - credores quirografários	558	6	(11)	553

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente ditos.

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$26.358 (2021, prejuízo de R\$63.566), e possui prejuízos acumulados de R\$735.313 (2021, R\$761.671), bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$3.841.

Em dezembro de 2022, a Administração da Companhia concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com todos os parques em operação comercial, o Grupo Renova terá os recursos necessários para honrar com seus compromissos.

Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,5 GW potenciais de energia eólica e 430MW de energia solar, a Companhia continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais, sendo que atualmente 14 projetos eólicos contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca 5,9 GW

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foi aprovada pela diretoria, em 29 de agosto de 2023, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A seguir demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 3);
- Aplicações financeiras (nota 3); e
- Transações com partes relacionadas (nota 8).

b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 4).

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedor (nota 6); e
- Transações com partes relacionadas (nota 8).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

2.3.2. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.3. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

a) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 10.

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 16.

c) Contrato oneroso

Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato.

Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações desse contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	56	55
Aplicações financeiras de liquidez imediata	21.414	18.547
Total	<u>21.470</u>	<u>18.602</u>
Apresentados como:		
Caixa e equivalentes de caixa	17.189	14.574
Aplicações financeiras	4.282	4.028
Total	<u>21.471</u>	<u>18.602</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa remunerados a taxa média de 106,83% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Comercialização Mercado livre	15.129	5.773

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRRF a Compensar	101	-
COFINS a recuperar	69	1.089
PIS a recuperar	35	238
Saldo negativo de IRPJ a Compensar	55	4.895
Total	<u>260</u>	<u>6.222</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras. Os saldos de PIS e COFINS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia para revenda. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2023.

6. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores partes relacionadas	29.071	-
Fornecedores	3.914	7.527
Fornecedores recuperação judicial	550	554
Total	<u>33.535</u>	<u>8.081</u>
Apresentados como:		
Circulante	33.013	7.536
Não circulante	522	545
Total	<u>33.535</u>	<u>8.081</u>

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de fornecedores inclui, principalmente, valores referentes a compra de energia gerada por determinados parques do Alto Sertão III (partes relacionadas), bem como o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.1.

7. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a pagar	1.840	17
CSLL a pagar	777	995
Tributos sobre operações de mútuo	66	2.710
Tributos em parcelamento	3.122	3.684
TOTAL	5.805	7.406
Apresentados como:		
Circulante	3.692	4.566
Não circulante	2.113	2.840
	5.805	7.406

Em 2019, a Companhia incluiu os saldos a pagar de IRRF e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Em dezembro de 2020, a Companhia incluiu os saldos a pagar de COFINS, IRRF e IOF sobre mútuo existentes até aquela data, no programa de parcelamento junto a PGFN, por meio de transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações, e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O montante de débitos parcelados pela Companhia segue apresentado na linha "Tributos em parcelamento" no quadro acima.

Os saldos de IRPJ e CSLL a Pagar decorrem do resultado tributável apurado pela Companhia em decorrência do recebimento de valores de ressarcimento de gastos com compra de energia relacionado a contratos de comercialização com determinadas empresas coligadas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III.

8. PARTES RELACIONADAS

8.1. Mútuo e rateio:

	Passivo		Resultado			
			Despesa		Resultado Financeiro	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Mútuo</u> ^(a)						
Renova Energia S.A.	148.810	156.229	-	-	(2.690)	(80)
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	-	608	-	-	(2)	-
Energética Serra da Prata S.A.	-	14.872	-	-	(58)	(7)
	148.810	171.709	-	-	(2.750)	(87)
<u>Rateios de despesa</u> ^(b)						
Renova Energia S.A.	3.996	2.413	1.583	1.908	-	-
<u>Compra de energia</u>						
Alto Sertão III	29.071	-	31.751	-	-	-
Total	181.877	174.122	33.334	1.908	(2.750)	(87)
 Apresentados como:						
<u>Circulante</u>	33.067	2.413				
Passivo						
Fornecedores partes relacionadas (Nota 6)	29.071	-				
Partes relacionadas (Nota 8)	3.996	2.413				
<u>Não circulante</u>	148.810	380.461				
Passivo						
Partes relacionadas (Nota 8)	148.810	380.461				
Total	181.877	382.874				

8.2 Resumo das operações

As principais condições das operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) Mútuos – refere-se a recursos recebidos da controladora com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos de mútuos estão sujeitos a correção pela TR e sem garantias reais.
- b) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

8.3 Movimentação

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	874	187.514
Adição	-	25.909
Amortização	(874)	(39.388)
Encargos financeiros provisionados	-	87
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	174.122
Adição	-	12.304
Amortização	-	(36.370)
Encargos financeiros provisionados	-	2.750
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	152.806

8.4 Debêntures privadas

Em 22 de fevereiro de 2022 a Companhia realizou a primeira emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela controladora Renova Energia, conforme resumo a seguir:

Data	Subscritor	Emissão privada	Valor	Vencimento
22/02/2022	Renova Energia	1ª	178.591	31/12/2022

Em 07 de novembro de 2022 a Companhia quitou o saldo devido.

	Ativo		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Emissão de debêntures privadas	178.591	-	178.591
Amortização	(178.591)	-	(178.591)
Encargos financeiros provisionados	-	1.154	1.154
Encargos financeiros pagos	-	(1.154)	(1.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-

REMUNERAÇÃO DE PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

9. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a Companhia mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. O contrato está incluso no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que o preço estabelecido nesse contrato era inferior ao preço da energia que estava sendo comprada para atendê-lo, a Companhia identificou esse contrato como oneroso.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia revisou seus cálculos considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI e identificou que não há provisão a ser constituída, (R\$23.465, em 31 de dezembro de 2021), assim a Companhia realizou a reversão da provisão no montante de R\$23.465.

10. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Refere-se a procedimento arbitral promovido pela LightCom Comercializadora de Energia S.A. (“LightCom”) em face da Companhia envolvendo o contrato de compra e venda de energia, celebrado entre as partes em 17 de outubro de 2013. A LightCom alega que a distribuição do pedido de recuperação judicial da Companhia, em 16 de outubro de 2019, teve o condão de rescindir o Contrato Light I (Cláusula 12.1.1), bem como impor o pagamento da multa prevista na Cláusula 13 e de perdas e danos. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$51.682.

Em 15 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão final do procedimento arbitral promovido pela LightCom em face da Companhia perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem (“Câmara FGV”) por meio da qual foi reconhecida a rescisão unilateral, pela LightCom, do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 17 de outubro de 2013, correspondente a 33,4 MW médios por mês produzidos por determinados Parques Eólicos do Complexo Alto Sertão III Fase A, destinados ao atendimento do mercado livre.

A Companhia ajuizou Conflito de Competência nº 186210 – SP (2022/0050986-9), a fim de suspender a eficácia da sentença do referido procedimento arbitral. Em 10 de março de 2022 o Superior Tribunal de Justiça deferiu a liminar requerida determinando a reativação imediata do contrato. Em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato (nota 17.4).

Paralelamente, visando a nulidade da sentença arbitral e a manutenção de contrato essencial ao Plano de Recuperação Judicial, em 16 de maio de 2022 a Companhia ajuizou Ação Anulatória de Sentença Arbitral (processo nº 1048991-15.2022.8.26.0100), tendo a LightCom apresentado defesa e a Companhia réplica. A Companhia aguarda julgamento.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

11.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$528.345 e está representado por 528.344.873 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

11.2. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	26.358	(63.566)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>528.345</u>	<u>528.345</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	<u>0,05</u>	<u>(0,12)</u>

12. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Comercialização		
Operações - comercialização de energia elétrica	102.534	54.637
(-) Impostos s/receita (PIS/COFINS)	<u>(9.484)</u>	<u>(5.054)</u>
Total	<u>93.050</u>	<u>49.583</u>

13. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo dos serviços	Despesas	Custo dos serviços	Despesas
<u>Compra de energia⁽¹⁾</u>	90.603	-	71.943	-
<u>Custo de operação</u>				
Taxas	28	-	24	-
Total custo	90.631	-	71.967	-
<u>Gerais e administrativas</u>				
Pessoal e administradores	-	1.132	-	1.372
Serviços de terceiros	-	1.004	-	526
Contingências cíveis e trabalhistas (nota 10)	-	-	-	51.195
Outras despesas	-	127	-	169
	-	2.263	-	53.262
<u>Outras despesas (receitas), líquidas</u>				
Indenizações contratuais ⁽²⁾	-	(1.756)	-	(20.770)
Perdão de dívida - mútuo ⁽³⁾	-	(3.937)	-	-
Provisão (reversão) para contrato oneroso (nota 9)	-	(23.465)	-	5.130
Outras despesas (receitas)	-	35	-	(50)
	-	(29.123)	-	(15.690)
Total	90.631	(26.860)	71.967	37.572

(1) Refere-se a aquisição de energia para revenda para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia.

(2) Valor recebido das empresas do Alto Sertão III à título de ressarcimento pelos gastos com compra de energia relacionado a contratos de comercialização firmados com a Companhia Líquido de pis e cofins.

(3) Refere-se ao perdão de dívida concedido pela então parte relacionada Energética Serra da Prata S.A., ocorrido em 31 de maio de 2022, líquido de pis e cofins.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.054	386
Atualização dos tributos a compensar	128	332
Outras receitas financeiras	346	-
(-) Pis/Cofins s/ receita financeira	(397)	(33)
Total das receitas financeiras	8.131	685
Despesas financeiras		
Juros - partes relacionadas (nota 8)	(2.750)	(87)
Debêntures - partes relacionadas (nota 8.4)	(1.154)	-
IOF	(1.188)	(241)
Juros	(359)	(211)
Outras despesas financeiras	(6)	(4)
Total das despesas financeiras	(5.457)	(543)
Total do resultado financeiro	2.674	142

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	31.952	(59.814)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(10.864)	20.337
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>		
Despesas não dedutíveis	(116)	(95)
<u>Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:</u>		
Provisões temporárias	7.609	(19.079)
Prejuízo fiscal e base negativa	(2.224)	(4.915)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	(5.595)	(3.752)

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal do exercício	7.067	(19.193)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(13.608)	4.737
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(537.400)	(522.944)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(543.941)	(537.400)

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas apresentadas abaixo:

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixas	17.189	14.574	17.189	14.574
Aplicações financeiras	4.282	4.028	4.282	4.028
Contas a receber	15.129	5.773	15.129	5.773
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	33.013	7.536	33.013	7.536
Partes relacionadas	3.996	2.413	3.996	2.413
Não circulante				
Fornecedores	522	545	522	545
Partes relacionadas	148.810	171.709	148.810	171.709

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	17.189	-	14.574	-
Aplicações financeiras	4.282	-	4.028	-
Contas a receber de clientes	15.129	-	5.773	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	33.013	-	7.536
Partes relacionadas	-	3.996	-	2.413
Não circulante				
Fornecedores	-	522	-	545
Partes relacionadas	-	148.810	-	171.709

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

17.1 Homologação aumento de capital da controladora

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora Renova Energia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Consequentemente, o capital social da controladora Renova Energia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

17.2 Movimentação societária

Em 02 de fevereiro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital no montante de R\$529, mediante a emissão de 529.236 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas com a capitalização de créditos detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia conforme previsto no “Termo de Assunção de Dívidas e Capitalização de Crédito”, no valor de R\$529.

Em razão da movimentação mencionada acima, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, passa a ser de R\$ 528.874, dividido em 528.874.109 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

17.3 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

17.4 Suspensão da liminar Contrato Light

Em 16 de março de 2023, a controladora Renova Energia informou ao mercado que, por meio da decisão publicada no Diário de Justiça Eletrônico, na presente data, o Superior Tribunal de Justiça em sede de Conflito de Competência nº 186210 - SP (2022/0050986-9) revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Lightcom Comercializadora de Energia S.A. em face da Companhia, perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato supracitado. A administração da Companhia está adotando todas as medidas pertinentes para mitigar os impactos da referida decisão.

17.5 Acordo de Standstill

Em 13 de agosto de 2023, a controladora Renova Energia divulgou Fato Relevante informando ao mercado que, em sequência às medidas de otimização da estrutura de custos de capital e do perfil de endividamento que vêm sendo empreendidas por sua administração, celebrou acordo de *standstill* com os credores titulares de créditos com garantia real (classe II) (“Credores com Garantia Real”) em 11 de agosto de 2023, referente à parcela semestral com pagamento previsto aos Credores com Garantia Real em 14 de agosto de 2023 (“Parcela Agosto/23”).

Por meio do Acordo, os Credores com Garantia Real concordaram em: (i) receber parte da Parcela Agosto/23, no valor de R\$ 10.630, dividida em 3 pagamentos, mensais e de igual valor, com vencimento prorrogado para o último dia dos meses de agosto, setembro e outubro de 2023 (“Pagamento Parcial”); e (ii) não realizar quaisquer atos de cobrança do saldo da Parcela Agosto/23 durante a vigência do Acordo, que se encerrará em 15 de setembro de 2023.

A administração da controladora Renova Energia e os Credores com Garantia Real comprometeram-se a, igualmente durante a vigência do Acordo, envidar os melhores esforços para negociar e aprovar um aditamento ao plano de recuperação judicial do Grupo Renova (Plano Sociedades Consolidadas), o qual deverá ser aprovado por meio de termo de adesão e formalizado com cada um dos Credores com Garantia Real, nos termos do artigo 39 parágrafo 4º da Lei 11.101/2005.

* * *

Daniel Gallo
Diretor

Emanuela Cabib
Diretora

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA